

HABEAS CORPUS Nº 562.025 - PE (2020/0037978-2)

RELATORA : **MINISTRA LAURITA VAZ**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
MARIANNA GRANJA DE OLIVEIRA LIMA - PE022313
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
PACIENTE : PAULO HENRIQUE DA SILVA LIMA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

EMENTA

HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. TRÁFICO ILÍCITO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA. MEDIDA EXCEPCIONAL. FUNDAMENTAÇÃO INIDÔNEA. GRAVIDADE ABSTRATA DO DELITO. ORDEM DE HABEAS CORPUS CONCEDIDA PARA CONFIRMAR A LIMINAR.

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de PAULO HENRIQUE DA SILVA LIMA contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco proferido no *Habeas Corpus* n.º 0546182-3.

Consta dos autos que o Paciente foi preso em flagrante, em 26/06/2019, pela suposta prática dos crimes previstos nos arts. 33, § 1.º, inciso II, da Lei n.º 11.343/2006; 12 da Lei n.º 10.826/2003; e 180 do Código Penal, em razão da apreensão de "*um invólucro plástico contendo 1,979g (um grama, novecentos e setenta e nove miligramas) de substância entorpecente conhecida popularmente como 'maconha'; uma planta medindo 68cm (sessenta e oito centímetros) contendo 13,610 (treze gramas, seiscentos e dez miligramas) de THC, uma balança de precisão, um triturador; além de 6 (seis munições) de calibre .38 e um aparelho celular*" (fl. 54).

Inconformada com a segregação cautelar do Paciente, a Defesa impetrou *habeas corpus* no Tribunal de origem, cuja ordem foi denegada (fls. 27-33).

Neste *writ*, a Defesa alega que o decreto prisional carece de fundamentação idônea, tendo sido amparado apenas na gravidade abstrata do delito, bem como a ausência dos requisitos autorizadores da segregação cautelar.

Aduz que "*a autoridade coatora, na tentativa de legitimar a prisão decretada pelo juízo singular, buscou acrescentar fundamentos à decisão hostilizada,*

alardeando possível risco de reiteração delitiva em virtude de 'possível dedicação dele às atividades criminosas e consequente perigo ao meio social', circunstância não aventada pelo decreto construtivo" (fl. 10).

Sustenta a possibilidade de substituição da custódia preventiva por medidas cautelares diversas da prisão.

Requer, liminarmente e no mérito, a revogação da prisão preventiva.

O pedido liminar foi deferido nos termos da decisão de fls. 86-90.

As informações foram prestadas às fls. 100-103 e 107-109.

O Ministério Público Federal manifestou-se às fls. 111-119, opinando pela concessão da ordem.

É o relatório. Decido.

O Juízo de primeiro grau converteu a prisão em flagrante em preventiva, valendo-se das seguintes razões (fl. 62):

"[...]

No presente caso, temos nos autos a prova da existência do crime, ou seja, a prova da materialidade do fato tido como delituoso, conforme se extrai do APDF em anexo; Quanto à autoria, a lei não exige prova cabal, bastando apenas que existam indícios suficientes da prática do delito. Esses indícios se encontram perfeitamente cristalinos, haja vista a prisão em flagrante do autuado e os fatos e documentos trazidos aos autos até o presente momento, que subsidiam a análise da necessidade de se manter o acusado recolhido cautelarmente, ressaltando, contudo, que, em relação ao mérito da ação penal, somente deverá ser emitido juízo de valor após a instrução processual. É também tranquila a concepção no sentido de que, para que se decrete a prisão preventiva, não é necessária a mesma prova que autorize a condenação. A respeito, observe-se a decisão abaixo: 'O decreto de custódia preventiva reclama prova da existência do fato e indícios suficientes de autoria, não sendo necessária a mesma certeza que deve ter o juiz para a condenação do acusado (STF, RTJ 64/77)'. É certo que não se está a fazer nenhum juízo de valor sobre os elementos até agora trazidos aos autos, mas os depoimentos prestados na esfera policial foram bastante contundentes. Ao meu sentir, não se faz possível a substituição da prisão preventiva por quaisquer das medidas cautelares previstas no art. 319 do CPP, as quais reputo como inadequadas e insuficientes para fins de garantia da ordem pública, no presente momento. Diante de tudo que fora exposto, e presentes os requisitos explicitados pelos artigos 311, 312 e 313 do CPP, INDEFIRO O PEDIDO DE LIBERDADE PROVISÓRIA formulado pela defesa do autuado, e, por conseguinte, CONVERTO O FLAGRANTE EM PREVENTIVA, nos exatos termos da fundamentação supra."

Superior Tribunal de Justiça

O Tribunal *a quo*, por sua vez, entendeu estar suficientemente justificada a segregação provisória do Paciente, consignando, *in verbis* (fls. 31-33):

"[...]

Da leitura da decisão, vê-se que o encarceramento provisório do paciente, ao revés do sustentado pelo impetrante, encontra-se satisfatoriamente justificado na prova de materialidade do crime, nos indícios suficientes de autoria em vista da prisão em flagrante delito e na garantia da ordem pública pelo risco de reiteração delitiva demonstrado nas circunstâncias do flagrante delito – apreensão de drogas, arma, munição, triturador, balança de precisão e aparelho de telefone celular produto de crime – as quais dão conta, sem dúvida, de possível dedicação dele a atividades criminosas e consequente perigo ao meio social.

Merece registro que o paciente tem em seu desfavor registro de Representações julgadas procedentes por atos infracionais por ele praticado enquanto menor.

Como bem considerou a douta Procuradora de Justiça, Dra. Laíse Tarcila Rosa de Queiroz, ao ofertar manifestação, 'Quanto à droga apreendida, de fato não se mostra em quantidade significativa, entretanto, houve a apreensão de apetrechos utilizados no tráfico ilícito, como balança de precisão e triturador, assim como munições 38 e aparelho celular com restrição de roubo. Tudo a indicar o provável envolvimento do paciente com a prática de ilícitos graves' (fl. 37).

Desse modo, a decisão pela prisão preventiva do paciente foi satisfatoriamente fundamentada e, no presente momento, não há qualquer fato que demonstre a desnecessidade de manutenção de dito encarceramento."

Como se observa, o Magistrado de piso decretou a prisão preventiva calcada em fundamentação genérica, pois não apontou elementos concretos extraídos dos autos que justificassem a necessidade da custódia, a qual está amparada tão somente na gravidade abstrata do delito de tráfico de drogas.

A prisão preventiva, para ser legítima à luz da sistemática constitucional, exige que o magistrado, sempre mediante fundamentos concretos extraídos de elementos constantes dos autos (arts. 5.º, incisos LXI, LXV e LXVI, e 93, inciso IX, da Constituição da República), demonstre a existência de prova da materialidade do crime e de indícios suficientes de autoria delitiva (*fumus comissi delicti*), bem como o preenchimento de ao menos um dos requisitos autorizativos previstos no art. 312 do Código de Processo Penal, no sentido de que o réu, solto, irá perturbar ou colocar em perigo (*periculum libertatis*) a ordem pública, a ordem econômica, a instrução criminal ou

a aplicação da lei penal.

Além disso, de acordo com a microrreforma processual procedida pela Lei n.º 12.403/2011 e com os princípios da excepcionalidade (art. 282, § 4.º, parte final, e § 6.º, do CPP), provisionalidade (art. 316 do CPP) e proporcionalidade (arts. 282, incisos I e II, e 310, inciso II, parte final, do CPP), a prisão preventiva há de ser medida necessária e adequada aos propósitos cautelares a que serve, não devendo ser decretada ou mantida caso intervenções estatais menos invasivas à liberdade individual, enumeradas no art. 319 do CPP, mostrem-se, por si sós, suficientes ao acautelamento do processo e/ou da sociedade.

No que diz respeito especificamente ao tráfico de drogas, não obstante seja legítima, em termos de política criminal, a preocupação com o seu alastramento na sociedade, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça orienta-se no sentido de que **fundamentos vagos**, aproveitáveis em qualquer outro processo, como o de que se trata de delito ligado à desestabilização de relações familiares ou o de que se trata de crime que causa temor, insegurança e repúdio social, não são idôneos para justificar a decretação de prisão preventiva, porque **nada dizem acerca da real periculosidade do agente**, que só pode ser decifrada à luz de elementos concretos constantes dos autos.

Além do mais, a apreensão de drogas, arma, munição, apetrechos relacionados à traficância, bem como ao fato do Paciente ostentar registro por atos infracionais não foram utilizados para decretação da custódia cautelar, sendo vedado à instância de superposição, no remédio constitucional de manejo exclusivo da Defesa, agregar fundamentos ao *decisum* originariamente impugnado para denegar a ordem, sob pena de *reformatio in pejus*.

Ante o exposto, CONCEDO A ORDEM de *habeas corpus* para, ratificando a liminar deferida, revogar a prisão preventiva do Paciente, se por outro motivo não estiver preso, advertindo-o da necessidade de permanecer no distrito da culpa e atender aos chamamentos judiciais, sem prejuízo de nova decretação de prisão provisória, por fato superveniente a demonstrar a necessidade da medida ou da fixação de medidas cautelares alternativas (art. 319 do Código de Processo Penal), desde que de forma fundamentada.

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 02 de abril de 2020.

MINISTRA LAURITA VAZ
Relatora